

CONCEPÇÕES DE PAIS E RESPONSÁVEIS SOBRE FINALIDADES EDUCATIVAS E O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA

Paula Cristina de Carvalho
Orientador: Dr. André Luiz Araújo Cunha

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma discussão teórica acerca das finalidades educativas escolares, na perspectiva das políticas educacionais advindas das orientações dos organismos internacionais, como Banco Mundial, Unesco, entre outros. Se propõe, ainda, buscar identificar quais as concepções de pais e responsáveis, do município de Hidrolândia, Goiás, acerca do papel da escola na formação e desenvolvimento dos alunos. A coleta de dados de campo ocorreu a partir de entrevista, realizada de forma virtual, entre os meses de junho e setembro de 2020, com pais ou responsáveis de alunos do município de Hidrolândia-GO. Durante a pesquisa, viu-se uma grande divergência entre os entrevistados sobre o devido cumprimento do papel da escola atualmente. Assim, é necessário repensar como a mesma deve cumpri-la e como deve se remodelar visando atender à demanda exigida por seu público alvo e buscando compreender como o mesmo se caracteriza, ou seja, os jovens. A partir dos resultados obtidos, observa-se que, embora as famílias percebam a importância de uma relação mais próxima com a escola, o que favoreceria o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, a realidade, imposta pela lógica capitalista, que impõe certas condições a estrutura social, essa relação família-escola não ocorre de forma significativa.

Palavras-chave: Finalidades Educativas; Políticas Educacionais; Papel da escola.

1. Introdução

Práticas, valores e propósitos da existência da humanidade interferem diretamente na formação da sociedade e em seu funcionamento, transpassam as relações sociais, as instituições, as escolas, suas finalidades e metas, o sujeito e seu desenvolvimento, sua aprendizagem, os conteúdos, as metodologias, entre outros (LENOIR *et al.*, 2016), e moldam as finalidades educativas escolas.

Libâneo (2016) pontua que as finalidades educativas escolares antecedem e norteiam decisões sobre políticas educacionais, orientações de currículos e objetivos de formação de professores e alunos.

A formulação de finalidades educativas para o sistema escolar é uma exigência prioritária no planejamento e execução de ações públicas no campo da educação, pois elas estabelecem as orientações básicas para as políticas educacionais e, daí, para a elaboração dos currículos e sua operacionalização nas escolas e salas de aula (LIBÂNEO, 2019).

Aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais constituem elementos fundamentais para a compreensão das políticas educacionais que definem as finalidades educativas escolares. Desde os anos de 1980, os organismos internacionais têm participado de forma efetiva das formulações de políticas educacionais dos países emergentes. Coloca-se ênfase na constituição de relações sociais e de sociabilidade baseadas na racionalidade técnica e do mercado e, ao mesmo tempo, utilizam-se discursos de democratização do acesso e inclusão social com pautas orientadas, sobretudo, pelos direitos humanos (CAVALCANTE, 2021).

A educação escolar, objeto das finalidades educativas escolares, por diferentes razões, ocupa lugar central nas políticas sociais e nos investimentos públicos, sendo um campo de confrontações entre os vários interesses sociais e políticos vigentes numa sociedade.

De acordo com Lenoir (2016), as finalidades educativas escolares têm sido vistas como questão complexa e controversa, sujeitas a contestações e a diferentes interpretações em relação a seus atributos e significados. É a partir delas que se pode identificar as orientações tanto explícitas, quanto implícitas dos sistemas escolares, e como seus significados aparecem, no plano operacional, nas escolas e salas de aula.

As finalidades educativas escolares são definidas por movimentos históricos e sociais que se modificam conforme os interesses hegemônicos vigentes. As finalidades educativas são como intenções gerais que impõem a direção de uma certa ação educativa dentro de um projeto educativo. Ademais, o controle e as orientações, da educação escolar estão marcados por fatores de diversas ordens, sejam eles políticos, econômicos, ideológicos, culturais, entre outros (LENOIR *et al.*, 2016).

É neste contexto sociopolítico e econômico-cultural que se compreende o significado da reflexão sobre a função social da escola. Pensar a sua função social é refletir sobre a questão: educar para qual sociedade? Tudo isto leva ao pressuposto de que

a educação tem papel diferenciado conforme o projeto de sociedade que se deseja construir. Pensar a função social da escola é, portanto, refletir de forma posicionada política e ideologicamente, diante do que esta instituição faz ou deixa de fazer, do porquê, para quem, quando e como faz (POSSAMAI, 2014).

Segundo Martins (2019), pensar na função social da escola é também pensar nas suas consequências do ponto de vista particular ao indivíduo, passando diretamente pela qualificação da educação e refletindo no seu posicionamento social, pois:

Os alunos (cidadãos) terão condições de serem inseridos no meio social de forma mais honrosa, de acordo com a educação que lhe é ofertada, e a escola que não pensa e não executa sua função de maneira positiva, infere a este aluno, condições engessadas de se lançar na sociedade, posto que, suas condições educacionais quando não trabalhadas de forma coerente e emancipadora, não o emancipa, não o torna um ser humano capaz de se ver de maneira emponderada (MARTINS, 2019, P. 08).

Nesse contexto, o artigo propõe identificar as concepções de pais ou responsáveis de alunos, sobre as finalidades educativas da educação escolar. Trata-se de pesquisa tipo explicativo/exploratória, de cunho quanti-qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Tem-se por objetivo geral, identificar as diferentes concepções de pais ou responsáveis de alunos acerca das finalidades educativas da educação, no contexto das escolas públicas da rede municipal de Hidrolândia-Go.

A hipótese é que os pais ou responsáveis apresentem concepções sobre as finalidades educativas, que se alinham ao discurso neoliberal, dada a estrutura social imposta pelo sistema capitalista que permeiam as relações e definem a lógica de funcionamento de diferentes instituições, incluindo a escola.

A presente pesquisa se insere no contexto da pesquisa *Concepções De Diferentes Agentes Sociais Sobre Finalidades Educativas Escolares No Século XXI: Um Estudo No Estado De Goiás*, coordenada pelo professor Dr. José Carlos Libâneo, que teve como objetivo identificar e analisar as concepções sobre finalidades educativas escolares na literatura, documentos oficiais e expressa por diferentes agentes sociais ligados direta, ou indiretamente, à educação escolar. No caso da presente pesquisa, a revisão da literatura incluiu teses e dissertações, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes, artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca *Scientific Electronic Library Online*. Para as buscas utilizou-se como palavras-chave: finalidades educativas, políticas educacionais, papel da escola. A coleta de dados de campo ocorreu, de forma virtual, entre os meses de junho e setembro de 2020.

Para seleção dos agentes externos, no caso pais ou responsáveis de alunos, utilizou-se como critério de escolha ser do município de Hidrolândia-Go.

2. Algumas considerações acerca das finalidades educativas escolares e o papel social da escola

Nas últimas décadas, as políticas educacionais têm norteado os objetivos educacionais das escolas das redes de ensino brasileiras, bem como as práticas educativas e as atividades administrativas nas escolas. Elas devem ser compreendidas por meio do neoliberalismo e seu desenvolvimento nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, características das formas de produção da sociedade capitalista e da renovação das relações e estruturas de poder (ROSA, 2021).

Nesta perspectiva, o objetivo da educação é desenvolver certas habilidades e competências nas pessoas que são necessárias para criar uma força de trabalho que promova o crescimento econômico. O processo de controle dessas políticas é realizado a partir dos resultados de avaliações abrangentes (PEREIRA, 2016). Segundo Libaneo (2019), a finalidade da educação está relacionada à sociabilidade e integração social ao papel de sociabilidade e integração da escola para formar atitudes de solidariedade e convivência nos alunos no contexto da diversidade cultural no marco da política de pacificação.

Lenoir *et al.* (2016), a questão dos objetivos do ensino é complexa e controversa. Hoje as pessoas se interessam muito pela escola, a veem como uma necessidade e às vezes como uma panacéia para os problemas da sociedade. No entanto, em conexão com a discussão de objetivos, aparecem diferentes entendimentos sobre os conceitos de democracia ou justiça e seu uso, bem como entendimentos sobre os objetivos, funções e métodos de funcionamento das escolas.

Quando relacionada à educação escolar, indicam os princípios gerais, as premissas axiológicas, os pressupostos filosóficos que se direcionam à instituição escola. Finalidades não são metas, pois enquanto essas são um efeito, um estado a ser alcançado, um lugar a se chegar após um processo intencional, aquelas são mais a direção que o resultado, sendo, por isso, mais abstratas e gerais, “[...], portanto, opções que explicitam os valores escolhidos e que dão fundamento à organização do sistema educativo” (LENOIR *et al.*, 2016, p. 40).

Faz-se necessário reconhecermos que uma proposta curricular não é um documento isolado do todo social, da história, do contexto de sua produção. Ela é uma expressão das forças sociais em disputas em torno de determinado projeto de sociedade e de humanidade que se deseja alcançar por meio da escolarização dos indivíduos. Toda proposta curricular está diretamente vinculada às disputas e aos interesses de classes e de grupos sociais (GOMES, 2020).

Como resultado, Lenoir *et al.* (2016), com base em estudos comparativos realizados em vários países, destacam problemas na definição das funções da escola: ensino ou socialização, abertura ou controle, educação geral ou qualificação profissional, ensino ou manutenção da diversidade sociocultural, valores conservadores individualistas ou os valores coletivos de justiça, solidariedade e autonomia.

A escola é um local de uma comunidade onde um grande número de crianças e jovens vive a maior parte de suas vidas, e o desenvolvimento de crianças e jovens é fortemente influenciado não só pela família, mas também pela instituição (SIMÕES, 2020).

Libâneo (2012) pontua que a diversidade está presente na escola e, com ela, a necessidade de conhecermos os alunos, em sua pluralidade e individualidade, tendo como imperativo social e ético que a escola atenda às demandas sociais e assistenciais da sua comunidade, visto que são parte de seu cotidiano os *déficits* socioeconômicos e culturais.

[...] a unidade escolar deveria auxiliar seus alunos a lidar com situações de sua vida afetivo-relacional, alicerçada em valores sociais, dado que as questões emocionais vivenciadas pelos discentes são fatores que interferem intrinsecamente em sua aprendizagem, assim como nas relações que eles estabelecem com sua realidade social. Na escola, várias situações cotidianas interferem no andamento das ações pedagógicas e carecem de atenção, pois estão relacionadas a situações que caracterizam as condições de vida de seus estudantes. (GOMES, 2020, P. 21).

É dever da escola e de seus profissionais trabalhar em prol do desenvolvimento humano e social, com intervenção das famílias e do estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que as famílias dos educandos, a sociedade e todo o poder público precisam assegurar às crianças e aos adolescentes direitos como cultura, esporte, lazer, educação, convivência familiar e comunitária. Deixa claro que elas têm o direito à educação para o exercício de cidadania e desenvolvimento como pessoas (BRASIL, 1990).

Com base nos contextos econômico, social, político e cultural observa-se que fatores externos influenciam as vivências escolares. As marcas que os alunos trazem para

contexto atual se diferenciam das marcas dos alunos e educadores de outras épocas e de outros contextos. (SIQUEIRA, 2016).

O papel social das escolas deve ser o de possibilitar e promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos, cultural, moral, artístico, entre outros, colaborando para a construção de uma cidadania pautada na consciência crítica de seu papel na sociedade, visando a redução das desigualdades sociais e educativas.

Para Herkenhoff (1996, p. 96):

O principal papel que a escola deve desempenhar, numa sociedade democrática, é o de ser espaço universal de convivência entre todos os cidadãos, sem qualquer discriminação. Uma sociedade de classes sempre colocará obstáculos à natural convivência entre as pessoas. A convivência humana será mais difícil quanto maiores forem os abismos e fossos econômicos sociais e culturais que separem as pessoas.

As dimensões do educar e cuidar ganham destaque em praticamente todos os documentos que norteiam a educação, sobretudo nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Por exemplo, é possível identificar no referido documento os seguintes dizeres, “educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta” (BRASIL, 2013, p. 18). Na perspectiva neoliberal, a educação escolar, em particular a escola pública, se reduz a um processo de socialização e integração social. No decorrer deste estudo, buscar-se-á identificar, na fala de pais e responsáveis de alunos, qual a concepção desses agentes externos à educação escolar, acerca das finalidades e papel da escola na sociedade atual.

3. A educação escolar e a formação para a cidadania

A educação pode ser uma forma de garantir uma sociedade mais justa e harmoniosa, onde cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades possam exercer sua plena cidadania. Segundo Pinsky (2013), esse parece ser um sonho distante, algo utópico e inatingível. Não apenas imaginando e sonhando, mas vivendo de fato em uma sociedade onde o acesso a bens e serviços era ilimitado e a cidadania era realmente um direito de todos, plenamente exercido e garantido a todos os cidadãos. Mas essa sociedade não ficará sem lutas e demandas, ações concretas de cidadãos relacionadas aos principais problemas do cotidiano e demandas por novas políticas públicas e privadas.

É preciso haver uma educação para a cidadania. Há um sofrimento que tem lugar no âmbito privado e não vem à público, a não ser que as pessoas tomem

consciência de seus direitos, e como cidadãos se organizem para lutar por eles. É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos para que saibam da possibilidade de reivindicar (MANZINI COVRE, 2002, p. 112).

O Fórum Educação para a cidadania (2008) destaca o papel e a urgência da educação para a cidadania, que surge a partir dos desafios, problemas e possibilidades trazidos pelo processo de globalização. O documento destaca, ainda, as mudanças nas formas de conceber a cidadania. Nesse sentido, defende a necessidade de uma educação preocupada em formar “um ser humano livre, responsável, autônomo, solidário, sujeito de direitos, respeitador das outras pessoas e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, com um espírito crítico, democrático, pluralista, criativo e interventivo face à sociedade” (FÓRUM EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, p. 17, 2008), habilitando os educandos a terem posicionamentos esclarecidos e críticos relativamente às questões do mundo de hoje. Educar para a cidadania implica a educação dos cidadãos e das cidadãs para os direitos humanos universais, tendo em conta a noção concreta do tempo e do lugar em que se vive e um apelo de perene consciencialização e responsabilização relativa aos deveres de cidadania.

Assim, a educação não é neutra, mas se desenvolve para um tipo de cidadania que se deseja alcançar, dependendo do tipo de concepção de educação presentes no planejamento educacional e curricular. Quando a escola seleciona “objetivos educacionais, conteúdos, metodologias e critérios de avaliação do aprendizado, está optando por um determinado projeto educacional, que de forma alguma é neutro em relação à cidadania” (PALMA FILHO, p. 102, 1998).

As reformas educacionais ocorridas no Brasil, ressaltavam a importância do papel da educação na formação do cidadão. No entanto, não se pode desconsiderar as disputas que envolvem o campo da educação, quanto à manutenção do sistema e o jogo de interesses em que se insere a educação. Palma Filho (1998) resalta a necessidade dos indivíduos serem preparados na escola para o exercício da cidadania, e aponta que o grande desafio é que a educação seja pensada como um processo que se desenrola no interior da prática social e política, considerando as diferenças entre classes sociais.

Incluir o tema da cidadania na escola não é apenas um desejo, é antes um projeto de atividade político-pedagógica, no contexto da escola está relacionado com a vida em comunidade, com a estrutura de como a escola é enquadrada. e conecta a comunidade, nas relações entre o pessoal escolar, na distribuição de responsabilidades e direitos de

decisão, nas relações entre o professor e o aluno, em relação ao conhecimento (BRASIL, 1997).

Segundo Brito e Lopes (2014), a escola não se caracteriza como um lugar mágico que muda radicalmente a comunidade, o país e o mundo. No entanto, devemos acreditar na transformação humana por meio de ações diárias e benefícios que podem ser vistos dentro e fora da comunidade escolar. A educação contribui para o desenvolvimento dos cidadãos e oferece oportunidades de viver em sociedade.

Nesse sentido, ampliamos nossos horizontes de conhecimento por meio do conhecimento proporcionado por uma educação educada e da oportunidade de aprender com os que vieram antes. Por meio da escola, você ganha acesso ao conhecimento historicamente moldado pela humanidade.

Nesse contexto, a educação pode ocorrer em muitos casos por iniciativa da família, principal instituição social, em grupo de amigos, durante a socialização. No entanto, a educação formal com atividades propositais e propositais tem um lugar específico – a escola (DEON; CALLAI, 2018).

No que diz respeito à educação formal e orientada para objetivos, Young (2007) alerta contra a finalidade da escola como instituição especial, cujas principais tarefas é estimular a aquisição de conhecimentos. Para o autor, a dimensão do conhecimento formal é uma tarefa especial da escola na formação das novas gerações. Nesse contexto, o conhecimento é potente e específico, o que acontece conceitualmente, o que é diferente da experiência que os alunos trazem do conhecimento.

As escolas precisam, mediante seus currículos, ser um meio para que alunos adquiram o conhecimento poderoso, pois em muitos casos, principalmente “para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares”. Por isso, é tarefa da educação escolar elaborar um currículo de forma a permitir que os alunos se envolvam com o conhecimento e avancem para além da sua experiência, principalmente em um país marcado pelo dualismo educacional (ensino para ricos e ensino para pobres) nos diferentes níveis educacionais (YOUNG, 2007, p. 1.297).

Sob este viés, fica clara a compreensão da importância da escola na garantia do acesso ao conhecimento e uma aposta na construção da cidadania. Esta compreensão implica outra forma de ver o mundo, a partir de “conhecimentos e formas de pensamento que permitam problematizar a prática social com base nos conhecimentos especializados, de forma a aprofundar o entendimento das múltiplas relações envolvidas nos fenômenos naturais e sociais” (GALIAN; LOUZANO, 2014, p. 1.112).

A escola sob o entendimento proposto, tida como espaço/tempo de produção de conhecimento, intersubjetividades e valores, permite aos sujeitos criar bases para se posicionarem como cidadãos do mundo fazendo frente à realidade hegemônica capitalista global. Dessa forma, a educação para a cidadania é aquela que proporciona, além do acesso aos conhecimentos, a capacidade de construir e operar com conceitos, a formação de valores, normas para a vivência na vida pública.

4. A função social da escola na visão dos pais e responsáveis: para que servem as escolas?

A escola e o professor têm um papel próprio, que está relacionado com a educação das pessoas pertencentes à sociedade, cuja finalidade é construir a sociedade desejada. Com isso em mente, é importante que o trabalho produzido tenha uma qualidade social.

Olhando para o contexto educacional a partir de uma perspectiva neoliberal, o professor deve pensar a educação cívica de uma forma que promova o desenvolvimento da individualidade. Deste modo, se a educação cívica é um dos principais objetivos da atividade docente, as práticas devem ser alteradas, porque “só assim podemos fazer algumas mudanças importantes na prática pedagógica e escapar à terrível situação de querer mudar o mundo sem mudar nem um pouco” sobre o que fazemos. (GANDIN; CRUZ, 2014, p. 75).

Por isso os professores devem estar atentos ao processo de desenvolvimento social, dialogar com os alunos, buscar novas formas de desenvolver o trabalho pedagógico, entendendo que esse processo nem sempre é o mesmo, como afirmam as DCN (BRASIL, 2013).

Para realizar este tipo de revolução, serão necessárias mudanças em todos os campos. Não poderão o(a) professor(a) e a escola em geral falar na transformação do mundo, na construção de uma nova sociedade, sem mudar o que estão fazendo na sala de aula e no restante de suas atividades (GANDIN; CRUZ, 2014, p. 22).

Deve-se pensar que o ensino deve ser intencional, organizado e conectado a outras práticas sociais. Nesse contexto, as habilidades intelectuais e os processos mentais dos alunos são desenvolvidos com vistas a uma compreensão crítica das questões sociais. (COLANGELI; MELLO perto de LIBÂNEO, 2018).

Em outras palavras, para que o processo educativo seja eficaz, é necessário dar-lhes instruções sobre os objetivos e os meios para realizá-lo de acordo com as escolhas

feitas em relação à pessoa e ao tipo a ser formado. a sociedade aspira (COLANGELI; MELLO apud LIBÂNEO, 2018).

Ao mesmo tempo, a escola pode oferecer aos alunos uma renegociação crítica e reflexiva de várias situações, um espaço solidário e compreensivo para interpretar a realidade, onde os alunos podem decidir pelo estágio. A sala de aula é um espaço de vivências e questionamentos, onde se aprende a viver e sentir democraticamente. Uma prática transformadora é aquela que visa "preparar cada indivíduo para avançar e se defender nas melhores condições possíveis em um ambiente social". (GÓMEZ, 1998. p. 24).

Durante a pesquisa, constatou-se que alguns entrevistados consideram que a escola não tenha cumprido seu papel devidamente. Por exemplo, para os Pais/Responsáveis:

O que percebo da realidade escolar é que ela não tem cumprido seu papel, a escola foi deixando de ser um campo de integração do saber e tornando-se campo de ideologias. Percebo que a escola não tem cumprido seu papel de ajudar o outro a pensar e não de impor opiniões e decisões meramente formadas ou prejudicadas (Pai/Responsável 6).

Olha só, eu fico muito triste. Com o que a escola não cumpre sua finalidade. E ela não cumpre não é por culpa exclusiva dos seus governadores. Mas no sistema em si que está por trás, pela frente, por todos os lados, e não deixa esse fazer, cumprir sua finalidade. O educador tem que ser livre, desde que seja nos princípios éticos da dignidade da escola. Essa que é a verdade. (Pai/Responsável 2).

Para Colangeli e Melo (2018), as escolas são instituições sociais responsáveis pelo processo de criação e reconstrução do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Os participantes, portanto, devem ser capazes de compreender a complexidade do ambiente social em que estão inseridos. Neste contexto, contribuem para um trabalho construtivo e dinâmico. Além disso, as escolas devem organizar suas atividades de forma que as melhorias no processo educacional sejam identificadas e promovidas como um todo. Toda a comunidade participa de sua vida diária.

Diante do exposto, será possível perceber a escola como um espaço social responsável pela formação de sujeitos históricos, possibilitando que o conhecimento seja socializado e reconstruído numa perspectiva dinâmica e transformadora e que os sujeitos sejam capazes de participar e transformar o meio ao qual estão inseridos. O papel do professor nesse sentido é o de planejar e dirigir o processo de ensino, para que os indivíduos, ao serem incentivados, consigam assimilar os conteúdos de forma consciente

e ativa para aplicá-los de forma independente e criativa na sociedade (COLANGELI; MELLO apud LIBÂNEO, 2018).

A forma de condução da educação deve ser permanentemente discutida quando objetiva-se proporcionar uma educação qualitativa e verdadeira, corrigindo os problemas gerados pela universalização não estruturada e tomando-se os devidos cuidados para que o aluno saia do papel apenas de expectador e torne-se protagonista. Deixará de ser apenas o agente que chega à escola, assenta-se em sua carteira e ouve atentamente todos as informações passadas pelo professor, sem a criação de um espaço para que o aluno possa se colocar de maneira ativa no que está sendo ensinado, fazendo com o que mesmo se veja extremamente distante do que está acontecendo na sala de aula e se torne desinteressado pela escola (MARTINS, 2019).

Reafirmando este posicionamento, Martins (2019, p. 17) afirma que:

A escola precisa rever suas práticas de condução do processo educacional, os alunos não devem ser vistos como pessoas inertes, sem realidades pessoais, anseios, conhecimentos prévios, inquietações. Porém, compreendendo a escola como aparelho ideológico, ou seja, mecanizador de ações capazes de direcionar o funcionamento social, direcionamento este, logicamente proposital, almejar esta emancipação é uma tarefa árdua e conflitante.

O tema da autonomia do aluno no contexto escolar, começando pela situação de ensino e se expandindo para as tomadas de decisões no âmbito da administração da escola, é de tão ampla extensão que quase se pode dizer que coincide com o tema da própria educação escolar. Não pode haver verdadeira educação se não se consegue a autonomia do educando, ou melhor, se ele não se faz autônomo, isto é, alguém que se governa por si mesmo (PARO, 2011, p.198).

Sobre a importância da relação entre os pais e responsáveis e a escola, observa-se que a preocupação dos pais/responsáveis com o acompanhamento dos filhos, por exemplo, segundo o Pai/Responsável 2: “É muito importante, é importante para a minha filha estar vendo que eu estou preocupada com ela, é importante a escola estar vendo que eu estou preocupada com a minha filha, então, vai mudar até o jeito deles tratarem a minha filha”.

A escola tem várias faces, as quais se encontram em múltiplos caminhos e que diante da problemática exposta, estes caminhos precisam encontrar formas conjuntas de ações educacionais e sociais que efetivem uma escola que cumpra com as demandas cada vez mais exigentes que lhe são impostas. Rompendo barreiras que engessam o sistema escolar brasileiro e que acabam por limitar a atuação dos agentes escolares. (MARTINS, 2019).

Por meio da análise múltipla da função social da escola e do conhecimento prático de profissionais que estejam inseridos no meio escolar, ela deve ser reinventada, deixando o pragmatismo que lhe é imposto e tenha de forma clara a execução de sua função social, de formar alunos com amplos conhecimentos e atuantes na sociedade, emancipados, conscientes culturalmente e socialmente. Ademais, repensar como a mesma deve cumprila e como deve se remodelar visando atender à demanda exigida por seu público alvo, os jovens, e buscando compreender como o mesmo se caracteriza.

Libâneo (2016) aponta que não se pode perder de vista a função social da escola, mas não se pode também incorrer no equívoco de atribuir exclusivamente a ela e aos seus profissionais a responsabilidade pela melhoria da qualidade do ensino, levando-os a assumir atribuições de outras instâncias sociais e que ultrapassam em muito os limites de seu trabalho.

Corroborando com o que o autor supramencionado defendeu, os pais/responsáveis deixam claro a importância da função social da escola.

A função da escola como uma integração fora do contexto familiar, dentro desse processo de escolarização a primeira etapa seria essa, lá na educação infantil, agora quando fala da educação é fundamental, há importância adquirir alguns conteúdos sim. Um conteúdo próximo, por exemplo os professores de matemática, eles interagir língua portuguesa, geografia, história, ciências e tem sim um planejamento com articulação dentro da escola, então a finalidade da escola para além, mostrar também como é possível, a gente possa ter criatividade, né, fomentar no aluno é se interligar pontos, e não ficar preso, por exemplo a história, ensinar história, só com uma linha de raciocínio, não mais intercalando outras atividades e outros professores faz todo sentido. (Pai/Responsável 1).

Acho que a principal função da escola é a socialização, sabe? Assim, eu acho que vem por critérios. Primeiros você busca a socialização, depois você busca o conhecimento; depois você busca um lugar na sociedade, porque se você não estuda esse lugar é muito difícil de atingir, porque hoje as pessoas te respeitam não é por você, é o que você é; o que você tem, né? Então se você não consegue encontrar um trabalho legal, você não consegue ter bons amigos, né? Você fica à margem da sociedade. (Pai/Responsável 5).

Ainda a respeito do papel social da escola, o pai/responsável 4 respondeu que:

Por mais que tenhamos dificuldades, a escola tem cumprido sim essa ideia de socialização, de mostrar as diferenças, as necessidades diferentes, eu acho que a escola tem cumprido isso sim. Nós moramos num município que a gente recebe muitas pessoas de outros estados, então, acaba que a gente tem uma diferença cultural muito grande dentro do nosso município e assim, eu acho que um dos papéis da escola é isso, essa integração dessas pessoas no nosso município, pessoas com características bem diferentes das nossas, e eu acho que escola tem cumprido sim essa integração dessas pessoas, é claro que ainda precisa melhorar, tem alguns pontos que precisam ser melhorados, mas eu acho que de uma forma geral tem cumprido sim. (Pai/Responsável 8).

A ideia de fazer de se ter uma boa escola é sustentada na melhoria sistémica de todo o modelo escolar, pois o foco na melhoria individual de apenas uma escola acabará por distorcer sempre a equidade social. Em síntese, qualidade está relacionada à apropriação dos conteúdos, propiciando as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais de que vivenciam e participam (PERDIGÃO, 2017).

Concernente a essa questão, durante a entrevista os pais deixaram claro o que esperam da escola ideal.

Uma escola boa é uma escola onde há integração; integração dos indivíduos, a integração dos indivíduos com as realidades locais e abertura para as dimensões nacionais e internacionais, uma escola boa é uma escola que parte da realidade onde ela está, quer dizer: ajuda a pessoa a partir de uma ela está, reconhecer, conhecer, integrar e participar do mundo, da realidade do seu, da sua totalidade. (Pai/Responsável 12).

A escola também é um ente social e eu penso que é, bom ela ensina também né, a questão da pesquisa, a questão de ajudar os alunos a entender que eles estão contribuindo, entender, fazer a experiencia da contribuição. Por exemplo: a experiencia científica, etc. Essa participação acho que é muito importante. Da escola como um espaço, onde as pessoas contribuem, não é só para o indivíduo pessoalmente, mas essa compreensão acaba contribuindo para o bem da sociedade como um todo. (Pai/Responsável 5).

É possível perceber que alguns pais ainda ficam em dúvida sobre qual a função das escolas. Nesse sentido: “Bom, ao meu ver, tem muitas escolas e as vezes alguns pais acham que lá é o lugar de deixar o filho para ir trabalhar. Eu acho que a escola é o lugar da criança aprender, socializar, interagir, aprender a ter respeito, valorizar.” (Pai/Responsável 2).

Ao se tratar das finalidades de um sistema educativo, não se pode desconsiderar o plano do discurso político-ideológico, que permeia as estruturas da realidade social, que se materializam nas orientações curriculares e, conseqüentemente, na organização e gestão escolar (LENOIR, 2016).

Sobre as finalidades educacionais, os entrevistados responderam:

Eu acho que a escola serve, para fazer com que os alunos, as crianças, elas passem a ser críticos, pensadores, também tem a questão que eu acho muito importante, a questão de valores. Tem professores que as vezes não precisa ser passado, que é uma coisa de família, mas eu acho que a escola precisa passar para as crianças. Só uma pessoa crítica, uma pessoa pensadora, uma pessoa que tem valores, eu acho que a escola é isso. (Pai/Responsável 7).

Eu vejo isso aí como um dado de fundamental importância. A realidade de cada um comungada, participada, partilhada, em todos os aspectos. Não dá para separar uma pessoa: “não, agora é cabeça”, “agora é num sei o quê?!”, “um sentimento” e assim por diante. A questão educacional é uma questão que tem que levar a pessoa, que tem que levar em consideração a pessoa no seu

conjunto, para convivência, com as mais diferentes realidades. (Pai/Responsável 1).

Ainda a esse respeito:

As finalidades mais importantes da escola é formar cidadão partindo do princípio da cidadania, para o cidadão, para o indivíduo. O que hoje não é aplicado o que que é cidadania. Ninguém sabe o que que é parte, entre outras coisas. Pois bem, isso faz parte dos princípios, as escolhas de aonde ele é, e o principal que a escola tem que fazer é ensinar de onde o indivíduo tá vindo, para onde ele está e para onde estão colocando-o; e no que ele deve se encaixar no meio social. (Pai/Responsável 6).

As finalidades educativas escolares são indicadores poderosos para se apreender as orientações tanto explícitas quanto implícitas dos sistemas escolares, as funções teóricas de sentido e de valor das quais elas são portadoras, bem como as modalidades esperadas nos planos empírico e operatório dentro das práticas de ensino-aprendizagem (LENOIR, 2016). Sobre esse assunto, posicionou-se o entrevistado:

A finalidade da escola deveria ser justamente para formar a pessoa humana. A pessoa ter qualidades necessárias para viver bem na sociedade, em primeiro lugar: pessoas educadas, disciplinadas e pessoas conscientes, também, para agir na sociedade onde busca, de fato, proporcionar vida digna para todas as pessoas, porque não adianta a pessoa estudar para pensar só em si mesmo, pensando na sua profissão, pensando no aspecto econômico e no pessoal e não pensar em uma sociedade mais igualitária, mais humana, mais justa, formado para o caráter e para a liberdade.” (Pai/Responsável 11).

As escolas são lugares onde pessoas de todas as raças, culturas, crenças, etc., e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e, portanto, onde também ocorre a inclusão social. Descobriu-se que as escolas influenciam fortemente o ser social dos alunos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi identificar quais as concepções de pais e responsáveis, do município de Hidrolândia, Goiás, acerca do papel da escola na formação e desenvolvimento dos alunos. Percebeu-se que a maioria dos pais entende a importância da escola para o desenvolvimento do ser social dos alunos.

A educação escolar, na perspectiva do sistema neoliberal, tem como finalidade o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilite aos pobres sua inserção na economia, contribuindo, paralelamente, para amenizar problemas sociais decorrentes das desigualdades sociais promovidas pela ampliação do sistema capitalista.

Por um lado, defender valores, costumes e tradições e ao mesmo tempo ser um lugar democrático e libertador é um dos princípios da escola. As políticas educacionais tendem a atender grupos hegemônicos que têm pouco ou nenhum diálogo com a sociedade civil e as comunidades escolares. Essas políticas articulam os objetivos da educação escolar que exemplificam a lógica perversa imposta pelos ideais neoliberais, subsidiando assim a construção de projetos, programas, currículos e práticas educativas nas escolas.

Referências

BRASIL. 1997. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ética. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: junho 2022

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAVALCANTE, Cláudia Valente; LÔBO, Daniella Couto. **Finalidades educativas escolares e agentes sociais: o poder simbólico na construção dos sentidos e na dialética interiorização da exteriorização**. Revista Educativa-Revista de Educação, v. 24, 2021.

COLANGELI, Elisangela Fraga Rodrigues; DA SILVA MELLO, Maria Aparecida. **Planejamento de ensino e sua articulação com a função social da escola**. Revista Saberes Pedagógicos, v. 2, n. 2, p. 132-152, 2018.

DA SILVA, Luis Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais**. Projeção e docência, v. 5, n. 2, p. 06-23, 2014.

DE BRITO, Azenath Clarissa Arcoverde Gomes; LOPES, Ms Maria Elisa. **O papel da educação escolar para o exercício da cidadania**. Revista Primus Vitam Nº, v. 7, n. 2º, 2014.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. **A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania**. Revista Contexto & Educação, v. 33, n. 104, p. 264-290, 2018.

FILHO, João Cardoso Palma. **Cidadania e Educação**. Cad. Pesq, n. 104, p. 101-121, jul. 1998.

FÓRUM EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. **Objetivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Ação de Educação e Formação para a Cidadania**. 2008. Disponível em: http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ObjectivosparaCidadania_Forum_EducCidadania.pdf Acesso em março 2022.

GALIAN, C. V. S.; LOUZANO, P. B. J. **Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” a defesa do “conhecimento poderoso”**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1.109-1.124, out./dez. 2014.

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014

GOMES, Danyella Jakelyne Lucas et al. Políticas educacionais para o ensino médio: implicações e perspectivas para com a garantia desse direito à educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 614-630, 2020.

HERKENHOFF, João Baptista. **Ética, educação e cidadania**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1996.

LENOIR, Y. **Du libéralisme au néolibéralisme: quels impacts pour les finalités éducatives scolaires et pour les savoirs disciplinaires**. In: LENOIR, Y. et al. (orgs.). **Les finalités éducatives scolaires: Pour une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques**. Saint-Lambert (Quebec, Canadá): Groupéditions Editeurs, 2016.

LENOIR, Y. **Les finalités éducatives scolaires, un’objet hautement problématique**. Bulletin, n. 4,. Chaire de Reservenche du Canadá sur l’Intervention éducative. Faculté de Educacion. Université de Sherbrooke, Canadá. s./p. 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática**. In: LIBÂNEO, J. C.; ECHALAR A. D. L. F.; SUANNO, M. V. R.; ROSA, S. V. L. (orgs.). **Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate**. VII Edipe. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas**

para a escola pública. In: SILVA, M. A.; CUNHA, C. (orgs.). Educação Básica: políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 13-56.

LIBÂNEO, J. C. **O declínio da escola pública brasileira**: apontamentos para um estudo crítico. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 157-185, Goiânia, v. 24, p. 1-18, 2021.

LIBÂNEO, J.C.; FREITAS, Raquel A. M. M. (orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MANZINI COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?** Maria de Lourdes Covre. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTINS, Wagner Augusto da Silva. **O cumprimento da função social da escola na visão de alunos do ensino médio**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Autonomia do educando na escola fundamental**: um tema negligenciado. Educar em Revista, n. 41, p. 197-213, 2011.

PERDIGÃO, R. **Agrupamentos e culturas escolares – organização escolar num projeto de equidade social**. Universidade Nova de Lisboa. 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A política de competências e habilidades na educação básica pública**: relações entre Brasil e OCDE. Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) -- Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POSSAMAI, Clarívia Fontana. **A função social da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórica-crítica**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

ROSA, Sandra Valéria Limonta; DA SILVA, Simônia Peres. **Finalidades educativas escolares e reformas curriculares**: apontamentos sobre a questão do conhecimento escolar. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 24, p. 1-22, 2021.

SIMÕES, Emília D. F. **As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 3037-3046, jan. 2020.

SIQUEIRA, Débora Gonçalves. **O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA**. Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte – 2016.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educação & Sociedade, v. 28, p. 1287-1302, 2007.